



PROGRAMA DO CONCURSO

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE MARISCOS, BIVALVES, MOLUSCOS E PREPARADOS À BASE DE PEIXE PARA O RESTAURANTE DE SANT'ANA E UNIDADES HOTELEIRAS DA FUNDAÇÃO INATEL EM PORTUGAL CONTINENTAL E NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

PROCESSO N.º **25.108/NCP**

TIPO DE PROCEDIMENTO:

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

ÍNDICE

1.	OBJETO DO CONCURSO	3
2.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR	3
3.	CONSULTA DO PROCESSO	4
4.	ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO... 4	
5.	AGRUPAMENTOS	5
6.	MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
7.	ELEMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	6
9.	PREÇO BASE	7
10.	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	8
11.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO(S) DE DESEMPATE	8
12.	JÚRI DO CONCURSO	9
13.	ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS	9
14.	RELATÓRIO PRELIMINAR	10
15.	AUDIÊNCIA PRÉVIA	10
16.	RELATÓRIO FINAL.....	10
17.	ADJUDICAÇÃO.....	11
18.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	11
19.	CAUÇÃO.....	12
20.	CONTRATO(S).....	13
21.	ENCARGOS.....	13
22.	RECURSO AO AJUSTE DIRETO	13
23.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	13

ANEXOS:

ANEXO I: Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP),

disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>

ANEXO II: MODELO DA DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 57.º

ANEXO III: FORMULÁRIO DE PREÇOS E PRAZOS

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1.** Constitui objeto do presente Concurso Público **a aquisição de mariscos, bivalves, moluscos e preparados à base de peixe para o Restaurante de Sant'Ana e Unidades Hoteleiras da Fundação INATEL em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira**, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos e respetivas cláusulas técnicas/especiais.
- 1.2.** O presente procedimento encontra-se organizado por **14 (catorze) Lotes** identificados do seguinte modo:
- 1.2.1. LOTE 1 – UNIDADE HOTELEIRA DE VILA NOVA DE CERVEIRA;**
 - 1.2.2. LOTE 2- UNIDADE HOTELEIRA DE SANTA MARIA DA FEIRA;**
 - 1.2.3. LOTE 3 – UNIDADE HOTELEIRA DO LUSO;**
 - 1.2.4. LOTE 4- UNIDADE HOTELEIRA DE VILA RUIVA;**
 - 1.2.5. LOTE 5- UNIDADE HOTELEIRA DE SÃO PEDRO DO SUL;**
 - 1.2.6. LOTE 6-UNIDADE HOTELEIRA DE MANTEIGAS;**
 - 1.2.7. LOTE 7- UNIDADE HOTELEIRA DE PIÓDÃO;**
 - 1.2.8. LOTE 8- UNIDADE HOTELEIRA DE CASTELO DE VIDE;**
 - 1.2.9. LOTE 9- UNIDADE HOTELEIRA DA FOZ DO ARELHO;**
 - 1.2.10. LOTE 10- UNIDADE HOTELEIRA DE OEIRAS;**
 - 1.2.11. LOTE 11- SEDE/ RESTAURANTE DE SANT'ANA;**
 - 1.2.12. LOTE 12- UNIDADE HOTELEIRA DA COSTA DA CAPARICA;**
 - 1.2.13. LOTE 13- UNIDADE HOTELEIRA DE ALBUFEIRA;**
 - 1.2.14. LOTE 14- UNIDADE HOTELEIRA DE PORTO SANTO/ MADEIRA**

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR

- 2.1.** A Entidade Adjudicante é a Fundação INATEL, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 122 237, sita na Calçada de Sant'Ana, n.º180, 1169- 062 Lisboa, com o número de telefone – 210 027 035 e com o endereço eletrónico NCP-Procedimentos@inatel.pt adiante designada por Entidade Adjudicante ou Fundação INATEL.
- 2.2.** A decisão de contratar foi tomada por despacho urgente do Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração datado de 05/06/2025, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 28.º dos Estatutos da Fundação INATEL, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 106/2008, de 25 de junho, ratificado em Deliberação do Conselho de Administração de 09/06/2025, através da Ata n.º 428.

3. CONSULTA DO PROCESSO

O presente concurso público decorrerá e pode ser consultado na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/> utilizada pela Fundação INATEL.

4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 4.1.** Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado CCP, os Interessados poderão solicitar o esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, na plataforma eletrónica em uso pela Fundação INATEL, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 4.2.** No mesmo prazo, os Interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento e que digam respeito a:
 - 4.2.1.** Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - 4.2.2.** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do(s) contrato(s) a celebrar;
 - 4.2.3.** Condições técnicas de execução do objeto do(s) contrato(s) a celebrar que o Interessado não considere exequíveis.
- 4.3.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas
 - 4.3.1.** O Júri do concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados, ou pode prestá-los oficiosamente, por escrito, através da plataforma eletrónica;
 - 4.3.2.** O Órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões identificados considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, ou pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento.
- 4.4.** Ao órgão competente para a decisão de contratar compete a identificação e decisão sobre os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, que, uma vez tomada, será publicitada na plataforma eletrónica utilizada pela Fundação INATEL, e junta às peças de procedimento.
- 4.5.** Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações devem ser juntos às peças do procedimento e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Fundação INATEL.
- 4.6.** Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações às peças do procedimento expressamente aceites fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas coletivas ou singulares, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 5.2.** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas todos os membros do agrupamento serão solidariamente responsáveis perante a Fundação INATEL, pela manutenção das suas propostas, com as legais consequências.
- 5.3.** Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada previamente pela Fundação INATEL, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.
- 5.4.** Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente Concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento Concorrente.
- 5.5.** No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento, todos os seus membros, e apenas estes, associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do(s) contrato(s), na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo, até à data da assinatura do(s) contrato(s), apresentar os seguintes documentos:
 - 5.5.1.** Cópia do contrato de consórcio ou de agrupamento complementar de empresas;
 - 5.5.2.** Procuração outorgada por todos os membros do agrupamento ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os bens fornecidos, receber quaisquer quantias ao abrigo do(s) contrato(s) dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da Fundação INATEL ou seu representante, respeitantes ao(s) contrato(s) celebrado(s);
 - 5.5.3.** Documento com a indicação da percentagem de participação de cada um dos elementos do agrupamento e a indicação do seu líder.

6. MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1.** Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados até às **23h59m59s do 32.º (trigésimo segundo) dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Fundação INATEL, que emitirá ao Concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção com referência às respetivas data e hora.
- 6.2.** A proposta será assinada pelo Concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por Procurador, juntar-se-á procuração, com assinatura reconhecida na

qualidade, que confira a este último, poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

- 6.3.** Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada. Se o Concorrente optar por submeter na plataforma eletrónica os referidos documentos utilizando um arquivo de compressão de dados (v.g. arquivo ZIP), deve, ainda assim, assinar com recurso a assinatura eletrónica qualificada cada um dos documentos que o constituem.

7. ELEMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- 7.1.** Na proposta, cada Concorrente manifesta a sua vontade em contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

- 7.2.** A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

7.2.1. Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), devidamente preenchido, conforme modelo constante do **Anexo I** do presente Programa do Concurso, disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt;>

7.2.2. Declaração, de acordo com o modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa do Concurso, observando o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;

7.2.3. Formulário de Preços correspondente ao **ANEXO III** ao presente Programa do Concurso, discriminando:

7.2.3.1. Códigos EAN e/ou referências dos produtos, se aplicável;

7.2.3.2. Preço unitário, **por produto**, com o máximo de duas casas decimais, sem Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA");

7.2.3.3. Preço Total, **por produto**, sem IVA;

7.2.3.4. Preço total por Lote, sem IVA;

7.2.3.5. Taxa de IVA a aplicar **por produto** e

7.2.3.6. Prazo de entrega expresso em dias úteis, sendo **≤ 3 (três) dias úteis** em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira, exceto para o **Lote 13 (Albufeira)** que deverá ser **≤ a 1 (um) dia, de 2.ª feira a sábado**, para proceder à entrega dos produtos. No caso de o Concorrente não indicar o prazo de entrega, ter-se-á em conta o prazo máximo indicado para cada Lote.

7.2.3.7. Documento comprovativo ou declaração, em como possui o **Sistema de HACCP** ou equivalente devidamente implementado.

- 7.3.** O(s) preço(s) indicado(s) na proposta é(são) expresso(s) em Euros e não inclui(em) o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

- 7.4. O Concorrente deve apresentar outros documentos que, em função do objeto do(s) contrato(s) a celebrar e dos aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham atributos da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar, conforme a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
- 7.5. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
- 7.6. Todos os documentos da proposta devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 7.7. O Documento comprovativo em como o Concorrente possui o **Sistema de HACCP** ou equivalente devidamente implementado poderá ser redigido em língua inglesa.
- 7.8. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos Interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

8. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelo Concorrente de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

9. PREÇO BASE

- 9.1. O preço base global referente ao fornecimento de todos os bens objeto do(s) contrato(s) a celebrar é de **€ 249.109,46 (duzentos e quarenta e nove mil, cento e nove euros e quarenta e seis cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal, se aplicável, sendo decomposto para cada **Lote** nos seguintes termos:
 - 9.1.1. **Lote 1** – UNIDADE HOTELEIRA DE VILA NOVA DE CERVEIRA: **€ 20.076,00 (vinte mil e setenta e seis cêntimos);**
 - 9.1.2. **LOTE 2-** UNIDADE HOTELEIRA DE SANTA MARIA DA FEIRA: **€ 3.668,90 (três mil, seiscentos e sessenta e oito euros e noventa cêntimos);**
 - 9.1.3. **LOTE 3-** UNIDADE HOTELEIRA DO LUSO: **€ 5.973,75 (cinco mil, novecentos e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos);**
 - 9.1.4. **Lote 4-** UNIDADE HOTELEIRA DE VILA RUIVA: **€ 9.489,81 (nove mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e oitenta e um cêntimos);**
 - 9.1.5. **Lote 5-** UNIDADE HOTELEIRA DE SÃO PEDRO DO SUL: **€ 15.188,75 (quinze mil, cento e oitenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos);**
 - 9.1.6. **Lote 6-** UNIDADE HOTELEIRA DE MANTEIGAS: **€ 9.682,70 (nove mil, seiscentos e oitenta e dois euros e setenta cêntimos);**
 - 9.1.7. **Lote 7-** UNIDADE HOTELEIRA DO PIÓDÃO: **€ 2.258,10 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito euros e dez cêntimos);**
 - 9.1.8. **Lote 8-** UNIDADE HOTELEIRA DE CASTELO DE VIDE: **€ 6.028,00 (seis mil e vinte e oito euros);**

- 9.1.9. Lote 9-** UNIDADE HOTELEIRA DA FOZ DO ARELHO: **€ 24.103,40 (vinte e quatro mil, cento e três euros e quarenta cêntimos);**
- 9.1.10. Lote 10-** UNIDADE HOTELEIRA DE OEIRAS: **€ 11.374,60 (onze mil, trezentos e setenta e quatro euros e sessenta cêntimos);**
- 9.1.11. Lote 11-** SEDE/ RESTAURANTE DE SANT'ANA: **€ 6.100,30 (seis mil e cem euros e trinta cêntimos);**
- 9.1.12. Lote 12-** UNIDADE HOTELEIRA DA COSTA DA CAPARICA: **€ 21.132,40 (vinte e um mil, cento e trinta e dois euros e quarenta cêntimos);**
- 9.1.13. Lote 13-** UNIDADE HOTELEIRA DE ALBUFEIRA: **€ 103.754,55 (cento e três mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos) e**
- 9.1.14. Lote 14-** UNIDADE HOTELEIRA DE PORTO SANTO/ MADEIRA): **€ 10.278,20 (dez mil, duzentos e setenta e oito euros e vinte cêntimos)**
- 9.2.** O preço base global referido no ponto **9.1** foi definido com base nos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo.
- 9.3.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto(s) do(s) contrato(s), bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Fundação INATEL pagará ao Adjudicatário, unicamente, o resultado da aplicação de preços unitários constantes da proposta adjudicada às quantidades efetivamente requisitadas e fornecidas.
- 9.4.** A Fundação INATEL reserva-se o direito de não adquirir a totalidade das quantidades referidas no **Anexo A** do Caderno de Encargos, por as mesmas serem meras estimativas, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao Adjudicatário direito a ser indemnizado, seja a que título for.
- 10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**
- Os Concorrentes ficam obrigados a manter todas e quaisquer condições da sua proposta durante um período de **90 (noventa) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO(S) DE DESEMPATE**
- 11.1.** A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa por Lote, de acordo com a modalidade monofator, sendo densificado pelo fator preço correspondente a um único aspeto da execução do(s) contrato(s) a celebrar, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço total por Lote, mais baixo.
- 11.2.** Em caso de empate, será atribuída vantagem à proposta que apresentar o prazo de entrega menor.

- 11.3.** Caso o empate persista, após a aplicação do disposto no ponto **11.2.**, o desempate será efetuado através de sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, com prévia convocatória dos Concorrentes de data, hora e local, a enviar com a antecedência mínima de **3 (três) dias úteis**, através da plataforma eletrônica utilizada pela Fundação INATEL ou de endereço de correio eletrônico.
- 11.4.** O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma classificação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respectivas propostas dos Concorrentes admitidos.

12. JÚRI DO CONCURSO

- 12.1.** O concurso será conduzido por um Júri, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.
- 12.2.** O Júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 67.º e seguintes do CCP.
- 12.3.** Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, foram delegadas no Júri as seguintes competências:
- a)** Prestação de esclarecimentos solicitados pelos Interessados necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, nos termos deste Programa do Concurso e do artigo 50.º do CCP;
 - b)** Decisão de prorrogação do prazo de apresentação de propostas, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 64.º do CCP;
 - c)** Decisão sobre requerimentos dos Interessados para classificação ou desclassificação de documentos que constituem as suas propostas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66.º do CCP;
 - d)** Designação de peritos ou consultores internos para apoiar o Júri no exercício das suas funções, quer através da emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do CCP, quer mediante a participação, sem direito de voto, nas reuniões do Júri;
 - e)** Propor fundamentadamente a exclusão de uma proposta que apresente um preço ou custo anormalmente baixo, mesmo na ausência de definição no programa do concurso.

13. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS

- 13.1.** O Júri do procedimento pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito da análise e avaliação das propostas apresentadas.

- 13.2.** Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respectivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
- 13.3.** O Júri deve solicitar aos Concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.
- 13.4.** O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 13.5.** Os pedidos de esclarecimento e de suprimento das irregularidades causadas por preterição de formalidades não essenciais, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica em uso pela Fundação INATEL, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos, nos termos do n.º 5 do artigo 72.º do CCP.

14. RELATÓRIO PRELIMINAR

- 14.1.** O Júri do concurso, após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação, por ordem decrescente, das propostas apresentadas.
- 14.2.** No relatório preliminar, o Júri do concurso também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas pelos motivos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.

15. AUDIÊNCIA PRÉVIA

- 15.1.** Elaborado o relatório preliminar, o Júri notifica todos os Concorrentes para efeitos de audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.
- 15.2.** Os Concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo.

16. RELATÓRIO FINAL

- 16.1.** Cumprido o disposto no ponto anterior, o Júri do concurso elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

- 16.2.** No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri do procedimento procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

17. ADJUDICAÇÃO

- 17.1.** A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise e avaliação das propostas.
- 17.2.** No prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da notificação de decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve:
- 17.2.1.** Apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e no ponto seguinte do presente Programa do Concurso;
- 17.2.2.** Comunicar à Fundação INATEL o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases da execução do(s) contrato(s).

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

- 18.1.** No prazo previsto no ponto anterior do presente Programa do Concurso, o Adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica em uso pela Fundação INATEL, os seguintes documentos de habilitação:
- 18.1.1.** Declaração de habilitação conforme o modelo constante do **ANEXO IV** do presente Programa do Concurso;
- 18.1.2.** Documentos exigidos nos termos das alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do CCP:
- a)** Certificado de Registo Criminal atualizado de pessoas singulares ou no caso de pessoas coletivas, das entidades e dos respetivos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, nos termos das alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- b)** Declaração atualizada da situação contributiva perante a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- c)** Declaração da situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme a alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
- 18.1.3.** Certidão da Conservatória do Registo Comercial atualizada, comprovativa de todas as inscrições em vigor;

- 18.2.** Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa e o Adjudicatário preste à Fundação Inatel o necessário consentimento, nos termos da lei.
- 18.3.** Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a Fundação INATEL consulte a informação prevista nas alíneas b) e c) do ponto **18.1.2.** do presente Programa do Concurso, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que a Fundação INATEL, tem o contribuinte fiscal n.º 500 122 237, podendo com esse número o Adjudicatário formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do ponto **18.1.** do presente Programa do Concurso.
- 18.4.** A Fundação INATEL pode solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do(s) contrato(s) a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
- 18.5.** Caso a Fundação INATEL detete alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que possa, nos termos do artigo 86.º do CCP, levar à caducidade da adjudicação, notificará o Adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia ou no mesmo prazo, proceder à supressão da(s) irregularidade(s) detetada(s).
- 18.6.** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
- 18.7.** Nos termos do artigo 117.º do CCP e do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 18.8.** A Fundação INATEL notificará todos os Concorrentes em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, devendo os mesmos ser disponibilizados para consulta na plataforma eletrónica em uso pela Fundação INATEL.

19. CAUÇÃO

19.1. É dispensada a prestação de caução pelo Adjudicatário, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

19.2. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP e da cláusula **12.2** do Caderno de Encargos, a Fundação INATEL reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

20. CONTRATO(S)

20.1. Nos termos do artigo 101.º do CCP, o Adjudicatário deve pronunciar-se sobre a minuta do(s) contrato(s) no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da respetiva notificação, equivalendo o silêncio à aceitação da minuta.

20.2. Qualquer eventual reclamação, à minuta do(s) contrato(s), apresentada pelo Adjudicatário é analisada nos termos do artigo 102.º do CCP e objeto de decisão pela Fundação INATEL no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

20.3. O(s) contrato(s) deve(m) ser formalizado(s) com a aposição de assinatura eletrónica, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do CCP.

20.4. No cumprimento do disposto no artigo 104.º do CCP, a Fundação INATEL comunicará o prazo para assinatura e remessa do(s) contrato(s).

21. ENCARGOS

21.1. São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

21.2. São ainda da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do(s) contrato(s).

22. RECURSO AO AJUSTE DIRETO

22.1. A Entidade Adjudicante prevê recorrer ao ajuste direto em função de critérios materiais, nos termos e para os efeitos das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP, caso todas as propostas apresentadas sejam excluídas ou não tenham sido apresentadas propostas.

23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente Programa do Concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa aplicável.

ANEXO I
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
(DEUCP)

Formulário disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt;>

ANEXO II

MODELO DA DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 57.º

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), de (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III

(FORMULÁRIO DE PREÇOS E PRAZOS)

(DISPONIBILIZADO EM FORMATO EXCEL)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)** (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 2. O declarante junta em anexo [ou indica.... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura **(5)**].

- (1)** Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2)** No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3)** Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4)** No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5)** Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.